



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº** , DE 2024.

**(Do Sr. Gustavo Gayer)**

Requer informações ao Senhor Ministro da Defesa, sobre a abertura de licitação de R\$ 9,96 milhões para comprar, entre outros alimentos, itens de luxo como camarão, filé de salmão e picanha.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Defesa, informações quanto a abertura de licitação de R\$ 9,96 milhões para comprar, entre outros alimentos, itens de luxo como camarão, filé de salmão e picanha.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informação, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Qual é a justificativa do Ministério da Defesa e da Aeronáutica para a inclusão de itens de luxo, como camarão, filé de salmão e picanha, em uma licitação para a compra de alimentos?
- 2- Como a compra desses itens se encaixam nas necessidades alimentares das instituições militares, considerando o contexto atual de restrições orçamentárias e de prioridades de gastos?





- 3- Em um momento de crise econômica e social, no qual milhões de brasileiros enfrentam dificuldades para acessar alimentos básicos, qual é a justificativa para direcionar uma quantia tão expressiva de recursos públicos para a compra de itens de luxo? Por que esses recursos não estão sendo direcionados para áreas prioritárias, como saúde, educação e segurança pública?
- 4- Qual a justificativa da compra de alimentos de luxo tendo em vista que a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome, atinge quase 600 mil crianças de 0 a 4 anos no Brasil? O Ministério e a Aeronáutica levaram em consideração essas informações para realizar essa licitação?
- 5- Como o Ministério da Defesa e a Aeronáutica garantem a transparência e a prestação de contas no processo de licitação para a compra de alimentos?
- 6- Qual é o critério utilizado nessa licitação para selecionar os fornecedores e os produtos a serem adquiridos? Há algum tipo de controle ou fiscalização para evitar possíveis desperdícios ou irregularidades?
- 7- Considerando que os recursos públicos são provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos brasileiros, qual é o compromisso do Ministério da Defesa e da Aeronáutica em utilizar esses recursos de forma responsável e eficiente? Como a inclusão de itens de luxo em uma licitação para a compra de alimentos se alinha com esse compromisso?
- 8- Como o Ministério da Defesa e a Aeronáutica avaliam o impacto que a inclusão de itens de luxo em uma licitação para a compra de alimentos pode ter na imagem institucional das Forças Armadas perante a sociedade brasileira?





9- Qual é o posicionamento do Ministério e da Aeronáutica, diante das críticas e questionamentos da população sobre esse assunto?

Também, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Defesa entenda como pertinentes, estando certo de que a transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir a confiança da sociedade nas instituições públicas.

### JUSTIFICAÇÃO

É com imensa preocupação que observamos a decisão do Ministério da Defesa de abrir uma licitação no valor de R\$ 9,96 milhões para adquirir diversos alimentos, incluindo itens de luxo como camarão, filé de salmão e picanha.

Tal medida não apenas representa um flagrante desperdício dos recursos públicos, mas também revela uma completa desconexão com a realidade enfrentada pela maioria da população brasileira.

Conforme notícias veiculadas na mídia<sup>1</sup>, a Aeronáutica, por meio do Ministério da Defesa, abriu uma licitação de quase R\$ 10 milhões para comprar, entre outros alimentos, itens de luxo como camarão, filé de salmão, picanha e até perus inteiros. Os alimentos serão adquiridos para abastecer o Grupamento de Apoio de Belém e as unidades apoiadas. No total, o FAB estima gastar exatos R\$ 9,96 milhões com a compra.

Ao todo, a licitação prevê a compra de 62 itens. Só na compra de camarão branco seco, de tamanho médio, deverão ser gastos R\$ 178,7 mil, com parte da compra sendo reservada para microempreendedores e cooperativas. Já em picanha, a licitação prevê um gasto de R\$ 109,8 mil. Filés de salmão, por sua vez, custarão R\$ 103,6 mil. A previsão do gasto com perus inteiros é de R\$ 23,8 mil e com Chesters, de R\$ 44,3 mil. A licitação ainda prevê a compra de carnes menos

<sup>1</sup> <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/aeronautica-abre-licitacao-para-comprar-picanha-camarao-e-salmaa#:~:text=A%20Aeron%C3%A1utica%2C%20por%20meio%20do,Bel%C3%A9m%20e%20as%20unidades%20apoiadas.>





nobres como coxas e sobrecoxas de frango, coxão mole e coxão duro, almondegas, lagarto, alcatra, vísceras e filé de pescado.

Outra reportagem expõe que a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome, atinge quase 600 mil crianças de 0 a 4 anos no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança Alimentar 2023, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup>. Além disso, 1,765 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos apresentam quadro de insegurança alimentar grave. Isso mostra que os domicílios onde moram pessoas nessas faixas etárias têm maior vulnerabilidade à restrição alimentar.<sup>3</sup>

Além disso, 78,3 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, 3,2 milhões estão sob cenário de fome. A Pnad Contínua identificou 56.689.200 residências (72,4%) em situação de segurança alimentar, contra 21.610.800 com algum grau de insegurança alimentar (27,6%), seja leve, moderada ou grave.

Salienta-se, que em um momento de crise econômica e social, no qual milhões de brasileiros lutam para ter acesso à alimentação básica e digna, é incompreensível que um órgão governamental responsável pela defesa do país esteja gastando uma quantia tão expressiva em itens supérfluos e luxuosos. Tal atitude é um insulto àqueles que enfrentam diariamente a fome e a privação de recursos básicos.

Também, é importante destacar que os recursos públicos devem ser utilizados de forma responsável e eficiente, visando atender às necessidades prioritárias da população. Ao direcionar uma quantia significativa de dinheiro para a compra de alimentos de alto valor, o Ministério da Defesa demonstra uma total falta de sensibilidade e responsabilidade com o dinheiro do contribuinte.

É inaceitável que em um país marcado pela desigualdade social e pela falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação e segurança, o governo esteja gastando recursos públicos em luxos desnecessários.

<sup>2</sup> <https://www.ibge.gov.br/>

<sup>3</sup> [https://www.metropoles.com/brasil/quase-600-mil-criancas-de-0-a-4-anos-passam-fome-no-brasil-diz-pnad#:~:text=A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave%2C%20ou%20seja%2C%20a%20fome%2C%20atinge,feira%20\(25%2F4\).](https://www.metropoles.com/brasil/quase-600-mil-criancas-de-0-a-4-anos-passam-fome-no-brasil-diz-pnad#:~:text=A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave%2C%20ou%20seja%2C%20a%20fome%2C%20atinge,feira%20(25%2F4).)





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Pelo exposto, a fim de instrumentalizar a função fiscalizadora do Parlamento e diante dessa situação lamentável, é fundamental que a sociedade civil esteja vigilante e atuante na cobrança por uma gestão pública mais ética, transparente e responsável.

Sala das Sessões,      de      de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**  
(PL/GO)

Apresentação: 07/05/2024 17:15:12.667 - MESA

RIC n.1281/2024

